CENTELHA

INFORMATIVO DO SINDIJUDICIÁRIO - ES – 15/06/2015

Favor entregar o informativo ao Delegado Sindical para que ele dê ampla divulgação

Servidores do judiciário farão uma grande concentração no dia 03 de julho na porta do TJES

Em uma assembleia lotada, realizada na última sexta-feira (12), os servidores definiram várias ações para pressionar o Tribunal de Justiça a cumprir com a lei que estabelece o pagamento da revisão geral anual, que é a reposição das perdas inflacionárias do período- maio de 2014 a abril de 2015, pelo índice do IPCA, em torno de 8,5%.

Entre as principais ações definidas está a realização de uma grande concentração no dia 03 de julho, sexta-feira, a partir do meio-dia, na porta do Tribunal de Justiça, onde irá acontecer uma nova assembleia da categoria.

Nesse período de 15 dias que antecede a grande concentração, o Sindijudiciário irá intensificar a campanha de mobilização da categoria e de esclarecimentos à sociedade sobre as reivindicações e lutas dos servidores da Justiça.

Nos próximos dias peças publicitárias como outdoors, banners, panfletos e cartazes, serão espalhados pelo Estado para contar à população capixaba a forma desigual e injusta que o Tribunal de Justiça administra seu orçamento, quando nega aos trabalhadores o direito da revisão geral, mas concede aos juízes 15% de reajuste, já em vigor desde janeiro deste ano, e auxílio-moradia no valor de aproximadamente cinco mil reais.

Indignados com o que chamaram de falta de respeito com os servidores, por parte da administração do TJ, os funcionários deixaram claro que a não concessão da revisão geral sob a desculpa de que iria ultrapassar o limite da LRF se deve a má gestão de recursos públicos.

Prazo até dia 30 de junho

Os servidores decidiram acompanhar o movimento das entidades representativas de servidores públicos do Espírito Santo que nesta sexta-feira (12) encaminharam documento ao governador Paulo Hartung, ao presidente da Assembleia Legislativa, Theodorico Ferraço, ao presidente do TJ, Sérgio Bizzoto, ao presidente do Tribunal de Contas, Domingos Taufner e ao procurador-geral de Justiça, Eder Pontes.

Neste documento, do qual o Sindijudiciário também é signatário, os servidores públicos dão um prazo até 30 de junho para que os poderes cumpram a lei e atendam à revisão geral anual a todos os funcionários públicos do Estado, como forma de recomposição do poder de aquisitivo de seus salários. Caso contrário, será aberto no Espírito Santo um grave precedente de crise institucional.

A DIRETORIA